

Escolas não respeitam o pacto social

NILZA BELLINI

O pesadelo de todos os anos está de volta para quem tem filhos matriculados em escolas particulares: a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — órgão que recomenda o percentual de rea-

juste das mensalidades a seus afiliados — garante que não vai respeitar o Pacto Social e reajustará seus preços pela URP. Mesmo quando ela for superior aos percentuais sugeridos no Pacto.

Quem reclamar corre o

risco de não conseguir matricular os filhos. As escolas particulares paulistas contam agora com os presidentes do Serviço de Informação e Proteção ao Crédito de Entidades Educacionais (Sinpce), um órgão que funciona como o SPC, e coloca em uma “lis-

ta negra” todos os alunos que atrasaram nos pagamentos ou tenham se queixado na Justiça do valor das mensalidades. Mais de 400 nomes já foram marcados e nenhuma escola privada os aceitará no próximo ano.

A luta entre pais e do-

nos de escolas está apenas começando. De um lado do ringue, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino articula um lobby para trazer de volta a “liberdade vigiada” para os reajustes de seus preços. No corner oposto, a Associação Intermunicipal de

Pais de Alunos do 1º ao 3º graus também começa a se movimentar e já impetrhou um mandado de segurança contra o Conselho Estadual de Educação de São Paulo que autorizou reajustes acima dos índices estabelecidos pelo Ministério da Educação.